



BARIGUI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ: 14.511.781/0001-93 - Avenida Sete de Setembro, 4751 Sobreloja Conj. 02 - Batel - Curitiba/PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Barigui Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

As Demonstrações estão reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e Resolução CMN nº 4.672/2018 e normas complementares, tendo como principal campo de negócios os créditos imobiliários, representados, em especial, por financiamentos para aquisição de imóveis, compra e recebíveis imobiliários, refinanciamentos com lastros em bens imóveis, todas com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária. A Hipotecária integra o Conglomerado Operacional Barigui, liderado pelo Banco Bradesco de Financiamentos e Investimentos S/A, e suas operações resultam do balanço do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor.

O lucro do primeiro semestre da Companhia foi de R\$ 6.032 mil, proporcionado um retorno sobre o patrimônio médio (ROE) de 44,55%.

Merce destaque entre os negócios cursados pela Hipotecária o seu credenciamento

junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na modalidade de conta liquidação, que trouxe maior agilidade nas transações com seus clientes e parceiros. Outro produto que vem experimentando evolução significativa se reporta à aquisição de recebíveis imobiliários para a incorporadoras e construtoras, propiciando melhores condições julgadas oportunas, para a ligada Barigui Securitizadora S/A, visando lastros em emissões de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e, ainda, comprar lastro do Fundo de Investimentos Imobiliários.

Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de 30 de junho de 2019 com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mudanças ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição.

A Hipotecária apresentou, indiscutivelmente, performance satisfatória, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente solidez econômico-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, podemos ressaltar a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba, PR, 23 de agosto de 2019.
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro – Diretor Presidente

(continuação) Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período do qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financieira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

u. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando líquida necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

v. Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2019.

a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, foram executadas as garantias no valor de R\$ 4.676 (R\$ 4.542 no semestre findo em 30 de junho de 2018), somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 13.592 (R\$ 9.810 em 30 de junho de 2018). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 foram revertidos os provisionamentos no montante de R\$ 276 (provisões constituídas no montante de R\$ 125 no semestre findo em 30 de junho de 2018) totalizando saldo de R\$ 836 a título de desvalorização de bens não de uso (R\$ 819 em 30 de junho de 2018); e

(b) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 1 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular BCEN 3.378/14.

Captação de recursos em depósitos e recursos de acetiles e emissão de títulos

a) Depósitos interfinanceiros

junho/2019		junho/2018	
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Total
22.294	-	-	22.294
Circulante	-	-	2.506
-	-	-	5.006

b) Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares

junho/2019		junho/2018	
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Total
17.533	132.031	177.874	327.438
Circulante	-	-	149.564
-	-	-	115.862
-	-	-	167.009

c) Resumo da composição das despesas de captação no mercado:

junho/2019		junho/2018	
Depósitos de depósitos	(529)	(55)	
Despesas de letras de crédito imobiliário	(12.472)	(11.439)	
Desajustes	(156)	(224)	
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(192)	(178)	
Total	(13.351)	(11.896)	

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2019 e de 2018 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Ativo			
Circulante		135.783	100.869
Disponibilidades	4	726	1.534
Aplicações e investimentos de liquidez	4/5	5.245	2.500
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	5.245	2.500
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	25.541	11.010
Carteira própria	6.a	21.304	10.809
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	4.237	201
Operações de crédito	7	89.286	76.337
Operações de crédito (Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	7.c	(2.943)	(2.255)
Outros créditos	8	5.627	4.122
Diversos	8	5.627	4.122
Outros valores e bens	9	3.244	5.386
Outros valores e bens (Provisão para desvalorizações)	9	(3.244)	(5.386)
Despesas antecipadas	15	(560)	(612)
Ativo não circulante		286.779	233.818
Realizável a longo prazo		286.261	233.496
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
Operações de crédito	7	279.207	223.135
Sector privado		283.817	187.009
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	7.c	(4.610)	(4.900)
Outros créditos	8	3.447	4.177
Diversos	8	3.447	4.177
Outros valores e bens	9	3.607	4.340
Outros valores e bens (Provisão para desvalorizações)	9	(3.607)	(4.340)
Despesas antecipadas	15	(518)	(322)
Imobilizado de uso		431	197
Outras imobilizações de uso		537	267
(Depreciações acumuladas)		(114)	(70)
Intangíveis		186	189
Ativos intangíveis (Amortização acumulada)		(95)	(72)
Total do ativo		422.562	334.687

Passivo

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Passivo			
Circulante		135.399	139.600
Depósitos	10.a	22.294	5.006
Depósitos Interfinanceiros	10.b	149.564	15.833
Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares	10.b	149.564	15.833
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	2.222	267
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	2.222	267
Outras obrigações	11	21.279	18.745
Imposto de renda e arrecadação de títulos assemelhados	11	177	177
Sociais e estatutárias	11	588	580
Fiscais e previdenciárias	11	2.862	4.028
Diversas	12	17.652	14.036
Passivo não circulante		192.956	175.175
Exigível a longo prazo		192.956	175.175
Recursos de acetiles e emissão de títulos	10.b	177.874	167.009
Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares	10.b	177.874	167.009
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	5.372	2.946
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	5.372	2.946
Outras obrigações	11	9.110	5.220
Outras obrigações previdenciárias	11	529	529
Diversas	12	7.751	5.220
Patrimônio Líquido		14	34.247
Capital		14	20.000
De Domiciliados no país	14.a	20.000	10.000
Reservas de lucros	14.b.c	14.247	9.912
Total do passivo		422.562	334.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Receitas da intermediação financeira		34.972	30.209
Operações de crédito		34.972	31.317
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	1.258	360
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(794)	(1.468)
Despesas da intermediação financeira		(15.692)	(12.465)
Operações de captação no mercado	10.c	(13.391)	(11.896)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.c	(2.301)	(569)
Resultado bruto da intermediação financeira		19.280	17.744
Outras receitas/despesas operacionais		(10.015)	(9.306)
Recetta de prestação de serviços	16	1.205	779
Despesas de pessoal	17	(2.176)	(2.515)
Outras despesas administrativas	17	(8.530)	(6.978)
Despesas tributárias	18	(1.112)	(1.005)
Outras receitas operacionais		599	601
Outras despesas operacionais		(1)	(188)
Resultado operacional		9.265	8.438
Resultado não operacional		(78)	(254)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		9.187	8.184
Imposto de renda e contribuição social	19	(3.155)	(2.697)
Provisão para imposto de renda		(2.730)	(3.174)
Provisão para contribuição social		(1.006)	(1.174)
Ativo fiscal diferido	19.c	581	1.651
Lucro Líquido		6.032	5.887
Quantidade de ações		20.000	10.000
Lucro após		0,3016	0,5847

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	6.032	5.487
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	40	25
Resultados de operações de crédito	794	1.468
Provisão para perdas em operações de créditos	(2.301)	(569)
Provisão (Reversão) para outros valores e bens	(34)	(334)
Provisão para contingências	-	163
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	3.575	4.348
Outros créditos	420	(1.651)
Participação dos empregados	171	272
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:		
Aplicações interfinanceiras	3.164	-
TVM e instrumentos financeiros derivativos	4.471	(8.110)
Operações de crédito	(37.430)	(52.833)
Outros créditos	(284)	(1.189)
Outros valores e bens	(3.348)	1.634
(Aumento) / redução nos passivos operacionais:		
Depósitos interfinanceiros	12.089	(2.019)
Recursos de letras de crédito imobiliário	12.284	1.468
Instrumentos financeiros derivativos	575	(704)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	131	54
Obrigações sociais e estatutárias	(215)	(269)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(6.723)	(3.853)
Outras obrigações	6.538	3.222
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(876)	(930)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.825	1.820
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(233)	(112)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(233)	(112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido de juros sobre o capital próprio e dividendos	(2.114)	(378)
Pagamento de lucros sobre as atividades de financiamento	(2.114)	(378)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.522)	(438)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.250	2.804
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	728	4.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal		
Saldos no início do período em 01 de janeiro de 2018		10.000	738	4.293	15.031
Lucro líquido do período		-	-	5.487	5.487
Destinações:					
Constituição de reserva legal	14.b	-	274	-	(274)
Dividendos propostos	14.c	-	-	(313)	(313)
Outros créditos de exercício anterior	14.c	-	(291)	-	(291)
Constituição de reserva especial	14.c	-	4.900	(4.900)	-
Saldos no final do período em 30 de junho de 2018		10.000	1.010	8.902	19.912
Mutações do período		-	274	4.609	4.883
Saldos no início do período em 01 de janeiro de 2019		10.000	1.534	16.231	28.765
Aumento de capital	14.a	10.000	-	(10.000)	-
Lucro líquido do período		-	-	6.032	6.032
Destinações:					
Constituição de reserva legal	14.b	-	302	-	(302)
Dividendos propostos	14.c	-	-	(344)	(344)
Outros créditos de exercício anterior	14.c	-	(1.206)	-	(1.206)
Constituição de reserva especial	14.c	-	5.386	(5.386)	-
Saldos no final do período em 30 de junho de 2019		10.000	1.836	12.411	34.247
Mutações do período		-	302	(5.820)	4.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Barigui Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pelo Banco Bradesco de Investimentos e Financiamentos S.A. (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BCEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às demonstrações financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCEN).

Em reunião de Diretoria, realizada em 23 de agosto de 2019, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

a. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As revisões das estimativas e premissas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a. Nota explicativa 3.h.(ii) e 7 – critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;

b. Nota explicativa 6.b. – determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;

c. Nota explicativa 9 – estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de outros valores e bens (bens não de uso);

d. Nota explicativa 13 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais permissões sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

e. Nota explicativa 19 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

3. Principais práticas contábeis
A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

f. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

g. Moeda funcional
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

h. Apuração do resultado
O rendimento da participação do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

i. Caixa e equivalentes de caixa
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na carteira de depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e estão apresentados na nota de curto prazo e não em aplicações interfinanceiras de liquidez.

k. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BCEN nº 3.058/2011, foram classificados nas seguintes categorias:

(i) Nota explicativa 3.h.(ii) e 7 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais permissões sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

e. Nota explicativa 19 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

3. Principais práticas contábeis
A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

f. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

g. Moeda funcional
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

h. Apuração do resultado
O rendimento da participação do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

i. Caixa e equivalentes de caixa
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na carteira de depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromiss

(continuação) Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

m. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	junho/2019	junho/2018
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	9.187	6.184
Adições temporárias	(3.124)	(2.783)
Exclusões temporárias	4.591	3.945
Outras exclusões	12	12
Deduções fiscais	49	74
Total Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(3.575)	(3.743)

n. No semestre findo em 30 de junho de 2019, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:

	Saldo final em junho/2018	Saldo Inicial em janeiro/2019	Cons-tituição	Realização/ Reversão	Saldo Final em junho/2019
Imposto de Renda					
Provisão para risco cível	56	125	-	-	125
Outras provisões	277	450	56	(135)	371
Provisão MTM (TVMs e derivativos)	1.176	2.261	411	(252)	2.420
PCLD	2.565	2.105	431	(83)	2.453
Total - IRPJ	2.436	4.941	888	(470)	5.369
Contribuição Social					
Provisão para risco cível	20	45	-	-	45
Outras provisões	100	162	20	(48)	134
Provisão MTM (TVMs e derivativos)	423	814	148	(91)	871
PCLD	982	758	155	(30)	863
Total - CSLL	876	1.779	323	(169)	1.933
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	3.310	6.721	1.221	(639)	7.302

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de utilização em sua totalidade até o exercício de 2022. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2020.

	junho/2020	junho/2021	junho/2022	TOTAL
Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	2.944	561	1.894	5.369
Valor Presente	2.751	490	1.519	4.760
Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	1.060	202	671	1.933
Valor Presente	990	177	547	1.714

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a média da taxa de juros das captações de 7,04%.

o. Obrigações fiscais diferidas
As obrigações fiscais diferidas, no montante de R\$ 1.959 (R\$ 945 em junho de 2018) referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap.

20 Política de remuneração
A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2019 está representado por R\$ 135 (R\$ 155 em junho de 2018).

21 Estrutura de gerenciamento de riscos
Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Financeiro Barigui e controladora da Barigui Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

I. Risco de crédito
Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do conglomerado envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos de crédito. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com a suficiência das garantias oferecidas. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou recuperação.

II. Risco operacional
O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de risco, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no conglomerado, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração. Insere-se, também, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da

Basiléia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem Padronizada Alternativa.

III. Gestão de Continuidade de Negócio
A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

IV. Risco de mercado
O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do conglomerado com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação e seleção de investimentos.

V. Risco de liquidez
O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação, incluindo a realização de swaps.

O conglomerado conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

VI. Risco de gerenciamento de capital
O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo conglomerado para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basiléia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Barigui Companhia Hipotecária Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigui Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigui Companhia Hipotecária em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, coniu, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à mantença da liquidez do patrimônio da sociedade.

O conglomerado realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

VII. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental nos negócios e produtos ofertados pelo conglomerado, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

"O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas."

22 Outras informações

Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia) conglomerado
A Companhia detém capital social de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A., com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este Índice de Basiléia, em junho de 2019, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A.

Diretoria
RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente
EVALDO LEANDRO PERUSSOLO MARIA TERESA FORNEA CARON
Diretor Superintendente **Diretora Executiva**
CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de agosto de 2019
KPMG Auditores Independentes Eduardo Tomazelli Remedi
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC 1SP-259915/O-0